

Com a Claro, você se conecta com o que ama.

Eu o novo

AMERICEL S.A.
CNPJ: 01.685.903/0001-16

Claro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)		
3.2. Tributação		
Tributos correntes		
Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.		
Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado, conforme Nota 6.1.		
Tributos diferidos		
O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.		
Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido atrelado a uma diferença temporária de natureza de longo prazo não é reconhecido inicialmente ao ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis relacionadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.		
O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.		
Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de água ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.		
Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.		
Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.		
Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.		
Tributos sobre serviços		
A Companhia está sujeita, quando aplicável, aos seguintes tributos:		
<ul style="list-style-type: none"> • PIS - Programa de Integração Social • COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social 		
As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.		
Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.		
3.13. Participação de empregados no resultado		
A Companhia constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.		
3.14. Outros ativos e passivos		
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.		
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.		
3.15. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos		
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.		
Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.		
3.16. Ajuste ao resultado		
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.		
A Companhia presta serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.		
3.17. Resultado financeiro		
Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).		
3.18. Mensuração do valor justo		
A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:		
<ul style="list-style-type: none"> • No principal mercado para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia. 		
O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.		
A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que não usa o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.		
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:		
<ul style="list-style-type: none"> • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. 		
Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.		
3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes		
Julgamentos		
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.		
Estimativas e premissas		
As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, são descritas a seguir.		
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros		
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.		
O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.		
Tributos		
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributária e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.		
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.		
Valor justo de instrumentos financeiros		
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.		
Provisões para contingências		
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.		
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.		
A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.		
A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.		
Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão		
A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.		
A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e em períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.		
A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).		
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego		
O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.		
Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 14.		
Provisão para perdas de crédito esperadas		
A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inaplicabilidade esperada.		
Provisão para desmantelamento de ativos		
A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.		
O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.		
Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.		
Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.		
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2023	2022
Caixa e bancos	8.872	2.400
Equivalentes de caixa	11.087	8
	19.959	2.408
Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.		
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.		
Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 11,74% a.a. (13,51% a.a. em 31 de dezembro de 2022).		
5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS		
	2023	2022
Contas a receber circuitos e compartilhamento	4.972	7.275
Provisão para perdas de crédito esperadas	(841)	(841)
	4.131	6.434
A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento:		
	2023	2022
A vencer	664	861
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	178	156
De 31 a 90 dias	158	399
Mais de 90 dias	3.972	5.859
	4.972	7.275
6. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS		
6.1. Tributos a recuperar, líquidos		
	2023	2022
ICMS a recuperar	853	845
Imposto de renda e contribuição social	1.218	6.017
Imposto de renda retido na fonte	168	133
PIS/COFINS ⁽¹⁾	99.086	97.047
Outros	—	1.789
	101.325	105.631
Circulante	2.239	7.175
Não circulante	99.086	98.656
⁽¹⁾ Contempla crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições da Companhia, o montante de R\$47.420 em 31 de dezembro de 2023 (R\$45.381 em 31 de dezembro de 2022), referentes aos períodos de 2001 a 2006.		
6.2. Tributos diferidos, líquidos		
O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.		
A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.		
Os créditos tributários diferidos apresentados foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023.		
a) Movimentação do imobilizado		
	2023	2022
Equipamentos de transmissão	376.781	—
Infraestrutura	655.684	—
Equipamentos de comutação	36.851	—
Prédios	5.371	—
Terrenos	1.355	—
Outros ativos imobilizados	6.865	—
Imobilizado em andamento ⁽¹⁾	1.903	—
	1.084.810	—
Adições	—	67
Baixas	—	(448)
Operações societárias (Nota 1 i.)	—	(298.176)
	376.781	357.127
Adições	—	8
Baixas	—	(189)
Transferências	—	2
	376.781	356.949
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(360.206)	(363.972)
Adições	(8.923)	(8.529)
Baixas	—	368
Operações societárias (Nota 1 i.)	—	287.155
	(369.129)	(355.978)
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	(3.660)	(1.351)
Adições	—	185
Baixas	—	—
Transferências	(1.527)	1.527
	(374.316)	(355.517)
	2.465	1.332
Equipamentos de transmissão	—	—
Infraestrutura	—	—
Equipamentos de comutação	—	—
Prédios	—	—
Terrenos	—	—
Outros ativos imobilizados	—	—
Imobilizado em andamento ⁽¹⁾	—	—
	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Operações societárias (Nota 1 i.)	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	—	—
Adições	—	—
Baixas	—	—
Transferências	—	—
	—	—
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	—	—

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

AMERICEL S.A.
CNPJ: 01.685.903/0001-16

claro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) ICMS
A Companhia possui contingências fiscais em razão do suposto não cumprimento de obrigação acessória, não tributação de operações e/ou serviços entendidos como não sujeitos a incidência do ICMS, bem como em razão da glosa de determinados créditos. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração e seus consultores jurídicos avaliaram como provável a perda de contingências e provisionou o valor de R\$29.359 (R\$29.516 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia possui autuações fiscais referentes à ICMS. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração e seus consultores jurídicos avaliaram como perda possível, que totalizavam R\$571.960 (R\$661.067 em 31 de dezembro de 2022), e cujos principais objetos são: i) suposto descumprimento de obrigações acessórias; ii) ICMS sobre estorno de débito; iii) crédito de ICMS sobre energia elétrica; iv) substituição tributária; v) crédito presumido de ICMS na aquisição de aparelhos; vi) aproveitamento indevido de créditos; vii) falta de recolhimento de ICMS sobre serviços de valor adicionado, taxa de habilitação e facilidades adicionais, entre outros.

c) PIS e COFINS
A Companhia possui contingência de PIS/COFINS relacionadas a glosas de compensações e supostas insuficiências de recolhimento em razão de glosa de créditos e alegados equívocos na apuração da base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dessas contingências é de R\$319.338 (R\$293.594 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$110.523 (R\$104.284 em 31 de dezembro de 2022) e R\$208.815 foi classificado como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos (R\$189.310 em 31 de dezembro de 2022).

d) FUST/FUNTEL
A Companhia possui autuações da ANATEL relativas a FUST. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dessas autuações é de R\$192.378 (R\$176.981 em 31 de dezembro de 2022), principalmente em razão da exclusão das receitas de interconexão da base de cálculo do FUST. A Companhia possui ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas autuações é de R\$62.661 (R\$54.400 em 31 de dezembro de 2022). Estas causas foram avaliadas como perdas possíveis.

e) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC
A Companhia possui contingência relacionada a exigência da referida contribuição. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total dessa contingência é de R\$78.823 (R\$74.531 em 31 de dezembro de 2022), tendo sido constituída provisão no valor integral da contribuição, assim como depositado judicialmente em Mandado de Segurança impetrado para questionar a legalidade da referida contribuição.

f) IRPJ/CSLL/IRRF
A Companhia possui autuações fiscais referentes à exigência de IRPJ, CSLL e IRRF. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total é de R\$46.453 (R\$40.354 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o montante de R\$4.618 (R\$4.423 em 31 de dezembro de 2022) e R\$41.835 foi classificado como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos (R\$35.931 em 31 de dezembro de 2022).

g) Outras contingências tributárias
A Companhia possui ainda outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2023, o valor é de R\$13.211 (R\$23.531 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o montante de R\$1.568 em 31 de dezembro de 2023 (R\$462 em 31 de dezembro de 2022).

12.1.3 Contingências trabalhistas
A Companhia possui contingências trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dessas contingências é de R\$325 (R\$325 em 31 de dezembro de 2022) consideradas como perdas prováveis pelos administradores e consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2023, não há contingências consideradas como perdas possíveis pelos administradores e consultores jurídicos.

12.2. Provisão para desmantelamento de ativos
A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada ao valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente, prática em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingente. Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação acumulada correspondente a R\$79 (R\$96 em 31 de dezembro de 2022). E o montante de R\$7.008 registrado no passivo, na rubrica de outros passivos não circulantes (R\$6.778 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	6.778	49.494
Operações societárias (Nota 1.1)	—	(44.411)
Atualização monetária	340	1.682
Adições (baixas), líquidas	(110)	13
Total	7.008	6.778

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
13.1. Condições gerais
As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento. A natureza das transações com partes relacionadas são dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, transações operacionais (aluguel de circuito e outros), que por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. Conforme descrito na Nota 13, a Companhia é patrocinadora de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto à Telos.

Composição e natureza das transações:

	2023		2022		2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)		
Claro NXT ⁽¹⁾	—	102.313	—	89.295	(13.017)		(14.415)	
ClaroPar	—	89.449	3.962	6.310	—	—	—	—
Claro ⁽²⁾	26.051	4.937	20.721	13.569	166.250		172.097	
TBSA	—	683	—	2.593	—	—	—	—
Outros	—	9	17	14	—	—	—	557
Total	26.051	197.391	24.700	111.781	153.233		158.239	
Circulante	26.051	91.318	20.738	17.823	—	—	—	—
Não circulante	—	106.073	3.962	93.958	—	—	—	—

⁽¹⁾ Para fazer face aos seus compromissos de fluxo de caixa e investimentos, em 05 de novembro de 2023, a Companhia contratou um mútuo junto à Claro, no valor de R\$120.000, pelo prazo de 2 anos, com vencimento em 05 de novembro de 2025, com juros remuneratórios de CDI + 2,3% a.a. Em 14 de junho de 2021, a Claro conferiu integralmente para a Claro NXT o direito de recebimento deste mútuo. Em 29 de julho de 2022, a Companhia liquidou parcialmente esse mútuo, efetuando um pré-pagamento do principal de R\$36.000 e R\$ R\$3.396 de juros.

Em 05 de novembro de 2022, a Companhia prorrogou o vencimento do saldo do mútuo de R\$84.000, para 05 de novembro de 2025, e ajustou a taxa de juros adequando-a às condições de mercado, passando a remuneração de CDI + 2,30%a.a. para CDI + 1,37%a.a. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de juros provisionado é de R\$13.017 (R\$14.415 em 31 de dezembro de 2022).

⁽²⁾ Inclui principalmente receita bruta de cessão de meios de transmissão.

14. PASSIVO ATUARIAL
Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial:

	2023	2022
Saldo inicial	1.462	1.191
Outros resultados abrangentes	861	139
Custo dos serviços passados	(141)	—
Custos dos serviços e juros, líquidos	190	132
Saldo final	2.372	1.462

A Companhia oferece aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"), por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2016 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social (TELOS), entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro.

A Companhia participa com o mesmo percentual de contribuição do associado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante, ou seja, de 1% a 7% para colaboradores com remuneração mensal a partir de R\$10.000,00, de 1% a 4% para os demais associados elegíveis.

A Companhia oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

Em 2023, a Companhia (patrocinadora) efetuou contribuições no montante de R\$20 (R\$22 em 2022). Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano de saúde:

	2023	2022
Saldo inicial	(1.462)	(1.191)
Custo dos serviços corrente	(44)	(28)
Custo dos juros	(146)	(104)
Benefícios pagos	(881)	(161)
Custo dos serviços passados	20	22
Saldo final	(2.372)	(1.462)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano de saúde:

Ano	2023	2023
2024	33	33
2025	41	41
2026	53	53
2027	64	64
2028	73	73
2029 a 2033	625	625

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2023	2022
	Plano de saúde	Plano de saúde
Custo dos serviços corrente	(44)	(28)
Juros líquido passivo (ativo)	(146)	(104)
Saldo final	(190)	(132)

DIRETORIA

Roberto Catalão Cardoso - Diretor	José Rolando Pedro Silva Olmos - Diretor
-----------------------------------	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Americel S.A.** Brasília - DF

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Americel S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Principais premissas atuariais utilizadas:
a) Fatores econômicos

	2023	2022
(I) Taxa de desconto	9,24% a.a.	10,50% a.a.
(II) Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.

b) Fatores biométricos

	2023	2022
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84	Álvaro Vindas (-50%)
(iv) Rotatividade	Nula	—

(v) Tábuas específicas por sexo.
Análise de sensibilidade
As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	2023	2022
Taxa de desconto	8,24% - 10,24%	—
Custos médicos	Crescimento/Redução de 1%	—

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:
15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO
A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2). O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de empréstimo. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 12,64% (8,79% em 31 de dezembro de 2022) com prazo médio de vencimento de quatro anos. A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	140.950	(110.391)
Operações societárias (Nota 1.1)	10.795	—
Adições, líquidas ⁽¹⁾	5.960	—
Encargos financeiros	(37.308)	—
Pagamentos	10.016	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.807	7.818
Adições, líquidas ⁽¹⁾	2.214	—
Encargos financeiros	(9.457)	—
Pagamentos	27.580	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.297	19.283

⁽¹⁾ Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2023:

	Valor
2024	9.590
2025	7.818
2026	7.433
2027	6.938
2028	4.362
Posterior a 2028	1.135
Valores não descontados	37.376
Juros embutidos	(9.796)
Saldo do passivo de arrendamento	27.580

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$1.688.598, dividido em 75.914.630.778, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 24 de junho de 2022, em decorrência da cisão parcial da Companhia, ocorreu uma redução de capital no valor de R\$457, sem o cancelamento de suas ações, conforme descrito na Nota 1.1.

Reserva de lucros
a) Reserva Legal
A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual. Em 2023, houve constituição de reserva legal no valor de R\$51.579 (R\$33.212 em 31 de dezembro de 2022).

b) Dividendos mínimos obrigatórios
O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$9.800 (R\$6.310 em 31 de dezembro de 2022).

c) Dividendos Intercalares
Em 30 de dezembro de 2023, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares da Companhia, no montante de R\$79.649, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial levantado especificamente para tal finalidade com data de 30 de novembro de 2023.

d) Reserva de Lucros
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu pela reserva de lucros o montante de R\$890.554 referente ao lucro do exercício (R\$624.714 em 31 de dezembro de 2022).

e) Ganhos e perdas em transações de capital
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou perda em transação de capital.

f) Distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio
2023:
Em 20 de janeiro de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$4.500 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$9.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 27 de fevereiro de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$17.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 17 de maio de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$9.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 20 de junho de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no valor de R\$20.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 29 de agosto de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de JSCP no valor de R\$17.647 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 10 de novembro de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de JSCP no valor de R\$14.118 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 04 de fevereiro de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$4.500 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de março de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$5.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 19 de abril de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$6.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 28 de abril de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$369 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 10 de junho de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$7.900 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 19 de julho de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$6.500 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 02 de setembro de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$13.500 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 18 de outubro de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$5.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 18 de novembro de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$5.000 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 16 de dezembro de 2022, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$15.500 a conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	2023	2022
Receita bruta de serviços	1.031.582	664.236
Deduções:	(51.579)	(33.212)
Tributos	980.003	631.024
Receita operacional, líquida	(9.800)	(6.310)
	(79.649)	—
	(890.554)	(624.714)
	—	—

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2023	2022
Custos dos serviços prestados	(32.641)	(62.115)
Despesas comerciais	(252)	(1.109)
Despesas gerais e administrativas	(10.288)	(6.149)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.312	(393)
(38.869)	(69.766)	(6.539)
Serviços de terceiros	(6.806)	(5.539)
Depreciação e amortização	(12.831)	(49.115)
Mão de obra própria	(16.005)	(14.010)
Taxas e contribuições	(4)	(4)
Aluguéis	(2.243)	(1.050)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(980)	952
(38.869)	(69.766)	

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas financeiras	10.940	6.792
Juros sobre tributos e outros	100	1.153
Receita sobre aplicação financeira	902	1.717
Outras receitas	3	—
Variações cambiais, líquidas	11.945	9.662

Despesas financeiras
Empréstimos, financiamentos e debêntures (13.017) (14.416)
Provisão de contingências (161) (1.710)
Juros sobre tributos (10.881) (12.067